

ORIENTAÇÃO VOCACIONAL OCUPACIONAL

2ª EDIÇÃO

ROSANE SCHOTGUES LEVENFUS
DULCE HELENA PENNA SOARES
e colaboradores



*Orientação Profissional em grupo na
escola*
p. 65-81

O69 Orientação vocacional ocupacional / Rosane Schotgues Levenfus,
Dulce Helena Penna Soares & colaboradores. - 2. ed. - Porto
Alegre : Artmed, 2010.
336 p. ; 25 cm.

ISBN 978-85-363-2120-2

1. Psicologia. 2. Orientação vocacional. I. Levenfus, Rosane
Schotgues. II. Soares, Dulce Helena Penna.

CDU 159.98



2010

Catálogo na publicação: Renata de Souza Borges CRB-10/1922

Orientação profissional em grupo na escola pública direções possíveis, desafios necessários

Luciana Albanese Valore

Este capítulo tem como propósito compartilhar algumas reflexões referentes ao processo de Orientação Profissional no contexto da escola pública, a partir da experiência desenvolvida em um projeto de extensão universitária da Universidade Federal do Paraná, junto a estudantes do ensino médio da rede pública e privada do Estado.

Ao sermos procurados para supervisão em OP, é comum ouvir como primeira pergunta: "Que técnicas devo utilizar?". Naturalmente, diante de um novo trabalho, nossas inquietações iniciais costumam girar em torno das ferramentas de que iremos dispor para obtermos êxito em nosso empreendimento. Contudo, antes de nos propormos a tirar qualquer coelho de dentro da cartola (se é mesmo que tal coelho está lá!), é preciso considerar a natureza e a razão de ser de tais ferramentas, articulando-as ao método do qual decorrem e, sobretudo, aos objetivos do profissional que as utiliza.

Embora estejamos nos referindo ao psicólogo no papel de orientador profissional, cabe lembrar que a atuação em OP não se restringe aos profissionais de psicologia, podendo ser exercida também pelo orientador educacional. Fundamental, em qualquer caso, é a formação específica nesse campo de intervenção, em geral obtida por meio de estágios profissionalizantes e de cursos de especialização. Tal formação deverá garantir a compreensão dos fundamentos e o domínio das estratégias que configuram o método clínico em OP, proposto no presente capítulo. Nessa perspectiva, torna-se igualmente necessária uma formação em psicanálise, pois, como se verá adiante, o método clínico vincula-se aos princípios formulados pela teoria psicanalítica. Além disso, considerando-se as especificidades que envolvem a formação do psicólogo e a do pedagogo, parece-nos ser sempre interessante pensar na OP como um campo de atuação interdisciplinar, envolvendo ambos os profissionais tanto quanto os de áreas afins à temática da escolha profissional e de suas articulações com a sociedade e com o mercado de trabalho, como o sociólogo, o economista e o administrador. Novamente, cabe ressaltar que a referência ao campo da psicologia ocorre em função de nossa área de atuação. Reflexão semelhante torna-se recomendável no que concerne à formação em pedagogia.

Inicialmente, é importante situar esse tipo de intervenção no contexto mais amplo das diferentes atuações que configuram o denominado "fazer psi".¹ É preciso deixar claro que psicólogo se tem em perspectiva e, tendo em vista que o assunto é orientação profissional, torna-se oportuno tentar delinear os contornos que circunscrevem a identidade profissional desse orientador profissional.

Para os propósitos deste texto, parece-nos suficiente afirmar que a identidade profissional constrói-se em um processo contínuo, passível de revisão e de constantes ressignificações, definindo-se, essencialmente, pelo tipo de compromisso, de ideal e de meta com os quais o profissional vincula-se e identifica-se.

Sendo assim, considerando o que se tem discutido nos recentes eventos e publicações que tratam da formação em psicologia,² vislumbramos um profissional comprometido, essencialmente, com a promoção de saúde,

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- ANTUNES, C. *Manual de técnicas de dinâmica de grupo de sensibilização de ludoterapia*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- ASSIS, M. *Contos: Missa do galo – O espelho – A cartomante – Um homem célebre – O caso da vara – Pai contra mãe*. Porto Alegre: LP&M, 1998.
- BALEIRO, M. *Aprendendo a ser e a conviver*. São Paulo: FTD, 1999.
- BEE, H. *O ciclo vital*. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- BOHOSLAVSKY, R. *Orientação profissional: a estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- COÉFFÉ, M. *Guia dos métodos de estudo: enfrentar um vestibular, ter sucesso nos estudos secundários e superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ERIKSON, E. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FONTANA, D. *Psicologia para professores*. 2.ed. São Paulo: Manole, 1991.
- IDA, S.W. *No encontro de orientação profissional com adolescentes*. 2004. Monografia (Estágio em Psicologia Escolar II) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- LASSANCE, M.C. A orientação profissional e a globalização da economia. *Revista da ABOP*, Porto Alegre, v.1, n.1, p.71-80, 1997.
- LEVENFUS, R.S.; SOARES, D.H.P. *Orientação vocacional ocupacional: novos achados, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- OLIVEIRA, C.S. *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, M.L.J.; KOLLER, S.H.; BARROS, M.N.S. *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002.
- PIAGET, J. *A construção do real na criança*. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001.
- PRIORE, M.D. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- REGIMENTO do Colégio João Paulo I – Escola de Ensino Médio. Porto Alegre, 1991.
- RIBEIRO, I.S. *A orientação profissional: facilitadora da dinâmica da aprendizagem*. Mariana: [s.n.], 2004. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/e2_3.doc>
- RUDOLFO, R. *Nosotros los adolescentes*. Escuela Psicopedagógica de Buenos Aires. *España Psicopedagógica Brasileiro Argentino*, n. 6, 1988.
- SARRIERA, J.C. Da orientação profissional para a inserção do jovem no trabalho. *Revista da ABOP*, Porto Alegre, v.2, n.2, p.75-80, 1998.
- SUKIENNIK, P.B. *O aluno problema: transtornos emocionais de crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL. *Formação pedagógica de docentes a distância*. Canoas, julho/2005. Polígrafos: Metodologia do Ensino Fundamental e Médio da Língua Portuguesa; Didática; Sociologia da Educação; Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio; Filosofia da Educação; Sociologia da Educação.

como bem colocam Bock e Aguiar (1995), com a superação de subjetividades heterônomas e com a explicitação das crescentes situações de exclusão predominantes na sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, tem-se como ideal um psicólogo comprometido com a criação de novos canais de comunicação e com o desenvolvimento de relações comunitárias mais cooperativas.

Isso posto, pensamos que, da definição dos objetivos que vêm norteados a práxis do psicólogo, podem-se configurar os objetivos dessa práxis quando ela assume a forma de um processo de OP. Como *agente de mudanças* das relações sociais e do modo como o sujeito se posiciona quanto ao seu querer, teremos que assumir que o lugar ocupado pelo orientador profissional, seja um psicólogo seja um orientador educacional, será o de instrumentalizador (um dos) *da aprendizagem da escolha da profissão e das transformações pessoais nas relações do sujeito consigo mesmo e com seus ideais, com o outro e com o mundo que o cerca*.

A premissa de que o orientador profissional opera como instrumentalizador da escolha coloca-nos frente à questão do método a ser utilizado em OP. Não é nosso objetivo alongarmos-nos nessa temática, proficuamente abordada em outros capítulos neste livro; apenas gostaríamos de assinalar alguns pontos que norteiam nosso trabalho de OP em escolhas, a fim de torná-lo mais claro ao leitor.

OBJETO DE INVESTIGAÇÃO E DE INTERVENÇÃO EM OP

No processo de OP, concebemos o método de intervenção como algo que, mais do que um conjunto de procedimentos, representa uma estratégia do pensamento³, uma articulação de conceitos e de proposições que configura um objeto de estudo e permite uma dada análise. Disso resulta que, para se poder estabelecer o método em OP, é preciso perguntar-se acerca de seu objeto.

Dependendo de como concebemos o lugar ocupado pela profissão na vida de alguém, a re-

lação homem-trabalho-sociedade, os múltiplos determinantes da escolha e o peso que lhes atribuímos, as indagações que nos faremos a respeito do objeto de intervenção serão diferentes. Por qual prisma olhar: a escolha da profissão ou a construção de uma identidade profissional? O "o que fazer" ou o "quem ser"? As aptidões e os interesses ou o sujeito como um todo? A carreira ou o projeto de vida?

Baseados em nossa experiência e nos trabalhos de renomados estudiosos em OP, como Bohoslavsky (1991), Levenius (1997), Super (1957), Soares-Lucchiari (1993), Lisboa (2000), entre outros, entendemos que o objeto de estudo e de intervenção em OP consiste na identidade profissional, a qual não remete apenas ao "o que fazer" – como conjunto de tarefas ocupacionais predeterminadas –, mas ao "quem ser e quem deixar de ser", integrando-se à identidade pessoal mais ampla. Pensamos que a identidade profissional consiste em *uma posição subjetiva diante da vida, do mundo e de seu papel nesse mundo*. Tal posição é construída por meio das relações interpessoais e deriva de uma série de princípios, valores e posturas – ora reconhecidos, ora desconhecidos pelo sujeito – os quais, ao serem articulados com o ideal de cada um, constituirão um "projeto de vida".

Uma vez escolhido o prisma, será possível definir a lente com que conduziremos nossa tarefa. Na perspectiva aqui assumida, trata-se do método clínico, tal como foi proposto por Bohoslavsky (1991) em sua contraposição à modalidade estatística em OP.

Fazer clínica na escola?

A opção pelo método clínico em OP, no contexto da escola, pode suscitar mal-entendidos entre os quais o de se conceber tal trabalho como um processo psicoterapêutico. Parece-nos importante, para evitar possíveis equívocos e frustrações quanto aos resultados pretendidos e alcançados, que tanto a escola quanto o próprio orientador profissional tenham claros os limites entre uma e outra proposta.

Se, por um lado, não há como negar as interfaces entre os processos, posto que a OP pode produzir efeitos terapêuticos⁴ e, em certo sentido, guarda proximidade com a psicoterapia focal, e que a psicoterapia implica igualmente a revisão das escolhas pessoais, por outro, não se pode sobrepor um tipo de intervenção a outro. Os objetivos, o manejo dos processos psíquicos (aí implicada a questão da transferência), as intervenções e a postura do coordenador dos grupos são distintos em cada situação.

Além disso, a OP realizada na modalidade clínica apresenta um caráter psicopedagógico, uma vez que se propõe a auxiliar na aprendizagem da escolha da profissão. Mas, então, como conceber o termo "clínico"?

Bohoslavsky (1991) tece várias considerações relevantes a propósito dessa questão. Não é nosso objetivo aqui retomá-las, e sim sinalizar que, por "clínico", entendemos uma estratégia de escuta, uma determinada abordagem do objeto de intervenção que considera os aspectos inconscientes determinantes da posição subjetiva frente à problemática da escolha. Nesse sentido, em nosso trabalho, valemo-nos da escuta clínica psicanalítica para compreender o universo singular de cada orientando em seu processo de escolha, de crescimento e de construção da sua identidade e do seu projeto de vida, bem como para poder discernir os meandros do acontecer coletivo. A escuta clínica revela-se um valioso instrumento no trabalho com a resistência, entre outros mecanismos psíquicos, e com os boicotes (tantas vezes observados no processo de OP) frente às angústias suscitadas pelo/no movimento de tornar-se "gente grande".

Em certa medida, pode-se afirmar que o referencial clínico psicanalítico serve, exatamente, em seu caráter de *referência*, para se pensar a dinâmica da escolha profissional e a implicação de cada orientando em relação ao processo de OP (sem qualquer pretensão de se fazer um estudo psicodiagnóstico com

fins terapêuticos, fundamentado na psicopatologia). É útil também para se fazer o enquadramento⁵ da intervenção em uma situação institucional distinta da do consultório. Desse modo, a intervenção nos grupos não seguirá os moldes tradicionais da intervenção de um psicanalista em situação de análise individual ou coletiva. O que aí se preserva, na medida do possível, em que o processo grupal de OP em uma escola assim o permita, é um certo distanciamento por parte do orientador profissional, uma "dissociação instrumental"⁶, do imaginário grupal. Todavia, sua atitude tende a ser muito mais participativa e, por vezes, diretiva.

Se pensamos em um orientador profissional comprometido com a promoção da saúde e com tudo mais o que postulamos anteriormente, vemos que, em contraposição à modalidade estatística em OP, o método clínico, com sua implicação ética de respeito ao desejo do outro, atende mais satisfatoriamente aos ideais que norteiam a intervenção do psicólogo na sociedade contemporânea, pois lhe permite propiciar condições para que o orientando possa redimensionar suas escolhas, seus ideais, seus interesses e suas potencialidades, considerando o que possa vir a conhecer de si e do chamado "mundo do trabalho", e o que possa vir a reconhecer de si pela via das identificações nesse mundo.

Além disso, por meio do trabalho em grupo, o orientando poderá vir a aprender novas formas de se comunicar e de se relacionar com o outro, em um rico exercício de inserção social. Ao se trabalhar com a ideia de um projeto de vida, e não apenas com a de um curso a ser escolhido por ocasião do vestibular, oferece-se ao orientando a oportunidade de exercer um papel comprometido e responsável, tanto na construção de seu destino individual quanto na comunidade em que se insere.

São exatamente esses nortes da atuação psicológica, ao mesmo tempo tão gerais (a ponto de permitir a descrição de uma categoria

⁴ Como o do autoconhecimento e o da mudança pessoal (aspectos bem observados por Müller, 1988).

⁵ Retornaremos a este ponto na discussão referente aos procedimentos.

⁶ O conceito de "dissociação instrumental" foi desenvolvido por Bleger (1984) e refere-se a uma atitude clínica a ser mantida pelo psicólogo, a qual irá lhe permitir, por um lado, identificar-se com os acontecimentos ou com as pessoas; por outro lado, irá lhe possibilitar manter certa distância, a fim de que não se veja pessoalmente implicado nos acontecimentos que devem ser estudados.

³ Esta concepção é retirada do pensamento de Foucault, sendo abordada em sua obra *História da Sexualidade* vol. I. A *Vontade de Saber* (1999).

ria profissional) e tão singulares (posto que se redefinem em cada ato de intervenção, segundo as representações particulares que cada psicólogo constrói acerca de sua prática, de si e desse si em prática; que determinam os procedimentos e as técnicas de seu fazer). Nesse sentido, não se iluda: não há receita pronta. É justamente isso o que torna este trabalho tão gratificante. Os procedimentos são criados conforme o contexto e o que se espera dele. Além disso, há que se considerar o que o próprio contexto deseja para si próprio. Tendo isso em vista, apresentamos a seguir – a título de inspiração – algumas ideias para se pensar em uma proposta de OP em grupo, para alunos do ensino médio, na escola pública.

PROPOSTA DE OP PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS

Objetivos principais da OP na escola pública

Ancorados no objetivo central da OP – instrumentalizar a escolha e a construção da identidade profissional pela via do autoconhecimento e da articulação entre o conhecimento dos aspectos implicados no “mundo do trabalho” e o universo subjetivo de cada orientando –, no contexto da escola pública, caberia propor alguns outros objetivos igualmente relevantes:

- Oportunizar a análise dos mitos concernentes ao sucesso – ou ao fracasso – profissional de estudantes provenientes de escolas públicas.
- Favorecer e exercitar o processo de escolha, de tomada de decisões, em uma comunidade que, geralmente, representa-se a si própria como “não tendo escolha”.
- Contribuir para o desenvolvimento de uma postura ativa na busca de informações.
- Propiciar a reflexão acerca das relações homem-trabalho-sociedade, fa-

vorecendo a compreensão do papel social que cada profissional exerce em um determinado cenário (como algo que não está dado de saída, mas que se constrói continuamente na relação dialética entre o profissional e a comunidade), e possibilitando a superação da postura individualista passiva pela postura cooperativa e comprometida com o outro.

A inserção institucional do trabalho de OP oferece oportunidades extremamente férteis que podem contribuir para a ampliação do alcance da intervenção psicológica, valorizando, inclusive, aos olhos da comunidade como um todo, a presença – geralmente rara – do psicólogo na escola. O mesmo pode ser dito quanto ao orientador educacional, pois, embora normalmente faça parte da equipe pedagógica, nem sempre encontra-se atuando em OP. Assim, junto à realização dos grupos de OP, parece-nos bastante viável, e desejável, que o orientador profissional trabalhe visando a oportunizar, para os educadores, a reflexão acerca da problemática da escolha profissional e do papel por eles exercido na construção da identidade de seus alunos, possibilitando um lugar de fala e de escuta também para a escola.

PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO:

Como oferecer a proposta de OP para a escola?

Quer a iniciativa de desenvolver uma OP seja do orientador profissional, quer surja da escola, é sempre conveniente estabelecer um contrato de trabalho, um “enquadramento da tarefa”, a fim de aparar algumas arestas que rondam o imaginário institucional e – por que não – também o do próprio orientador profissional a respeito desse tipo de intervenção. Para ambas as partes, torna-se fundamental explicitar os objetivos da OP, o método utilizado e o alcance possível da intervenção realizada.

⁷ Esta noção é retirada de Bleger (1984), que a define como sendo a tentativa de tornar constantes as variáveis presentes em cada situação particular de intervenção.

Naturalmente, tanto o cronograma quanto o planejamento das atividades devem permitir flexibilidade em respeito à dinâmica de cada grupo. Embora a previsão quanto ao desenrolar do processo e aos resultados obtidos não seja totalmente possível, convém, contudo, sempre oferecer uma estimativa acerca das expectativas que se tem e das possibilidades com que se conta para poder concretizá-las. Em outras palavras, o que se pode prometer para a escola e para os orientandos é o compromisso de se fazer um trabalho bem feito, o qual não depende apenas da boa vontade do orientador, mas, principalmente, da implicação de todos os que estão, de alguma forma, envolvidos com o processo. Nesse sentido, é importante deixar claros alguns pontos:

- A eficácia de um trabalho conjunto psicólogo-escola: quanto maior a participação desta – na sensibilização dos alunos, na viabilização dos recursos e no desenvolvimento de atividades paralelas aos grupos de OP⁸ –, melhores serão os resultados.
- Os principais pressupostos da modalidade clínica de OP e as expectativas que EXISTEM quanto aos resultados: sem dúvida, é da competência do orientador profissional definir os rumos metodológicos de sua intervenção; contudo, parece-nos ser bastante relevante explicar o porquê da escolha deste método e não de outro. Muitas vezes, a demanda da escola e dos próprios alunos é a de que ele aplique algum teste milagroso, a partir do qual se possam profetizar as verdadeiras vocações. Convém, portanto, desmistificar o uso exclusivo dos inventários de interesses e das baterias de aptidões, apresentando à escola as vantagens da utilização de outros instrumentos (testes projetivos, de personalidade, dinâmicas de grupo, discussões, etc.). Um outro ponto a ser mencionado refere-se ao objetivo da OP: mais do que esperar que os orientandos finalizem o processo com-

pletamente seguros quanto à carreira escolhida, parece-nos mais realista e desejável que eles possam aprender a escolher, aprender sobre si e sobre seus limites, sobre a realidade social/profissional e sobre sua inserção nessa realidade. A segurança advém dessa etapa prévia. Finalmente, cabe refletir a respeito do caráter voluntário da participação dos orientandos nos grupos: se um dos objetivos da OP é o desenvolvimento de uma postura autônoma diante da escolha, não há sentido em obrigar alguém a fazer aquilo que, no momento, não pode assumir como seu do seu desejo. É claro que, pensando-se sobretudo nas turmas de ensino fundamental, pode-se propor um trabalho obrigatório, voltado a todos os alunos de uma mesma turma (às vezes, isso pode ser feito em conjunto com algum professor). Várias atividades de sensibilização para as ocupações e para a escolha são feitas assim. Todavia, caso do presente artigo, trataremos exclusivamente da condição de grupos de OP com voluntários.

• O número de vagas, a clientela (alunos de todas as séries), os procedimentos de divulgação e de inscrição para os grupos, as etapas e o cronograma do processo de OP, os recursos a serem utilizados, os horários e os honorários: Existe uma série de detalhes técnicos e operacionais os quais precisam ser tratados em uma primeira conversa, sendo bastante interessante fazer um planejamento conjunto a respeito deles. Nesse sentido, pode-se apreender posteriormente uma proposta escrita contendo esses itens. Outra alternativa é montar um mural na sala dos professores com o cronograma da OP e com recortes de jornais, revistas, etc., concernentes ao tema. A finalidade do mural é motivar o envolvimento dos professores, embora não se dispense uma reunião prévia de apresentação da proposta. Um ponto que costuma ser questionado refere-se ao número de

⁸ Sugestões destas atividades encontram-se adiante.

orientandos por grupo (em nossa experiência, temos observado que o número máximo desejável de integrantes não deve passar de 12-14). Normalmente, a escola espera um número maior, o que certamente inviabiliza a eficácia de uma OP conduzida na modalidade clínica. É conveniente, então, assumir frente à escola o compromisso com a qualidade.

- *Benefícios para os orientandos e para a própria escola com a implantação de um serviço de OP:* no caso de a OP ser conduzida pelo psicólogo e de a escola nunca ter tido um profissional atuando nessa área, um dos principais pontos a serem tratados, inicialmente, remete à apresentação da própria Psicologia. Por que e para quem um psicólogo na escola? Psicólogo não faz só terapia? Esclarecer essas questões, tentando apontar os benefícios trazidos pela OP para os alunos – sobretudo no que se refere a seu amadurecimento pessoal, ao exercício de troca com o grupo, à autoestima e à motivação para envolver-se com os estudos – é fundamental. Para tanto, o próprio psicólogo precisa ter claro o que está fazendo e em que pode contribuir: daí a importância de uma formação consistente para atuar em OP e da reflexão constante quanto às implicações de tal atuação. Muitas vezes, uma supervisão com outro profissional pode ajudar.

A apresentação desses itens, nunca é demais lembrar, pressupõe igualmente, por parte do orientador profissional, uma *escuta*. Assim, a ocasião do contrato de trabalho revela-se bastante rica para efeitos de um diagnóstico preliminar do funcionamento da escola, no caso de o orientador não fazer parte dela. Nesse sentido, é proveitoso ouvir e perguntar muito: sobre a escola, sobre os professores, sobre as atividades curriculares e extracurriculares desenvolvidas, sobre a clientela e sobre a comunidade mais ampla. Havendo tempo disponível, é recomendável realizar um reconhecimento prévio (junto à comunidade escolar) acerca da cultura insti-

tucional, da psicodinâmica de seu funcionamento. O conhecimento das representações (que os alunos têm de si, da vida e do trabalho) e das expectativas construídas pelos docentes quanto ao sucesso-fracasso profissional dos alunos pode ser valioso a fim de se planejar, mais criteriosamente, uma OP. Por fim, cabe considerar que esse “enquadramento da tarefa” é algo a ser confirmado em diversas ocasiões, e não apenas em uma conversa inicial. A sua importância reside em tentar se firmar, de comum acordo, algumas bases de atuação.

Approach aos interessados: procedimentos de divulgação e de sensibilização

A apresentação da proposta de OP para os alunos pode ser feita contando com recursos diversos: palestras, murais, cartas pessoais, *folders*, exposição em sala de aula, reuniões com grupos de alunos durante o recreio, entre outros. Além disso, resulta de forma interessante o uso de procedimentos de sensibilização para a problemática da escolha profissional, como filmes seguidos de debates, elaboração de teatros (com os próprios alunos ou com a colaboração de alunos que já tenham participado da OP), discussão em sala de aula nas diferentes disciplinas (no caso de um trabalho articulado aos professores). O importante nesse *approach* é o orientador profissional *mostrar a cara*, dizer a que veio e em que acredita ao propor tal processo e, em se tratando do psicólogo, desvincular a OP da ideia de terapia grupal, procurando desmistificar o pré-conceito de que *psicólogo é coisa para louco*.

Nessa etapa, é oportuno retomar com os alunos os principais itens componentes do “enquadramento da tarefa” antes proposto. Naturalmente, por mais claras que sejam as informações prestadas, o imaginário de cada um se encarga de distorcê-las ao seu bel-prazer. Por isso, muitas serão as ocasiões em que o orientador terá de repeti-las com outra linguagem. O intuito dessa etapa é o de possibilitar o exercício da escolha: caberá ao aluno decidir se quer ou não fazer parte do processo proposto.

As inscrições para a OP

O processo de inscrição para a participação nos grupos pode ser enriquecido com o preenchimento (sempre por parte do interessado) de um formulário, contendo – além de dados pessoais – questões voltadas à investigação da situação frente à escolha e da motivação para a OP. Em geral, uma semana é tempo suficiente para se cumprir tal etapa, a qual pode ser operacionalizada pela secretaria da escola. Em contrapartida, o acompanhamento das inscrições pelo orientador permite a observação de alguns aspectos interessantes, como, por exemplo, quem a faz sozinho ou acompanhado por um grupo de colegas, quem quer inscrever um outro aluno, quem exige fazer parte do mesmo grupo de seu melhor amigo ou namorado. Além disso, possibilita o esclarecimento de dúvidas concernentes à proposta de OP e ao funcionamento dos grupos.

Por ocasião das inscrições são agendadas as entrevistas individuais, comunicando-se aos alunos que a falta não justificada representa desligamento do programa (tendo-se isso em vista, é sempre oportuno estabelecer uma lista de espera).

Com relação aos custos da OP, em nossa experiência com escolas públicas, temos observado que o trabalho gratuito pode favorecer o descompromisso dos alunos para com a proposta. Nesse sentido, como alternativa, parece-nos interessante combinar com eles algum tipo de pagamento simbólico, o qual, não necessariamente, deva ser em dinheiro (os honorários profissionais deveriam ser acertados com a escola), mas por meio da doação de materiais de consumo, almofadas, etc. Evidentemente, a questão vai variar de acordo com cada situação particular; caberá ao orientador profissional, mediante a análise da cultura institucional em que está inserido, definir qual o melhor procedimento a ser adotado.

As entrevistas e os encaminhamentos

A realização de entrevistas individuais (de, no mínimo, 40 minutos) é fundamental para a formação dos grupos e atende aos seguintes objetivos:

- Favorecer a aproximação entre os alunos e o orientador profissional.
- Reapresentar a proposta de OP, elucidando eventuais dúvidas ou fantasias (ainda que elas retornem durante a OP).
- Analisar a demanda para a OP e para o estágio de escolha em que o aluno se encontra.
- Possibilitar a distribuição equilibrada de orientandos em cada grupo (não colocando todos os tímidos juntos, por exemplo).
- Conhecer um pouco do universo particular de cada entrevistado, sobretudo no que se refere a seus interesses e a seu posicionamento frente à situação de escolha.
- Verificar a necessidade de encaminhamento para psicoterapia (complementarmente ao processo de OP ou antecedendo-o).
- Investigar a adequação do processo de OP proposto para cada orientando (tanto no que concerne aos princípios da modalidade clínica quanto no que concerne ao fato de a OP ser realizada em grupo).

Visando ao alcance de tais objetivos, pensamos que o modelo de entrevista semidirigida mostra-se bastante eficaz, na medida em que permite flexibilidade sem, contudo, favorecer a dispersão das falas. Nesse sentido, consideramos importante conversar com o entrevistado a respeito de alguns aspectos:

- a razão de sua vinda e suas expectativas com relação à OP;
- o conhecimento ou a experiência prévios que ele possa ter com relação à OP ou a qualquer outro tipo de intervenção psicológica, bem como as representações construídas quanto à figura do psicólogo;
- os receios e as angústias relacionados ao futuro profissional;
- suas representações acerca de *trabalho, sucesso-fracasso profissional, projeto de vida*;

Os grupos de OP

• seu momento particular quanto à escolha profissional (o que já sabe – e como o soube – a respeito, o que imagina precisar ainda saber e o porquê, os fatores que influenciaram nessa escolha – ou a falta deles);

- sua escolha vista pelos outros (expectativas de pais, amigos, professores);
- representações construídas acerca de si: habilidades, dificuldades, interesses, etc.;
- expectativas com relação a si próprio;
- expectativas com relação ao orientador profissional.

Os aspectos anteriores podem ser complementados ou substituídos por outros, dependendo da situação. No momento da entrevista, importa atentar não apenas ao que é dito, mas também a *como* é dito e a partir de que lugar: *a investigação quanto à posição subjetiva frente à escolha e à vida de modo mais amplo é nossa meta prioritária*. Para tanto, a escuta clínica, à qual nos referíamos anteriormente, se faz valer. É justamente essa escuta das repetições, das contradições, das lacunas, das ambiguidades e da polissemia presentes no discurso que irá nos nortear também para a necessidade de uma segunda entrevista ou de um encaminhamento para psicoterapia. Este último pode ser necessário ao identificarmos no entrevistado excessiva angústia – mobilizada pela própria situação de escolha ou por fatores pessoais ou familiares outros – que não poderia ser trabalhada em uma situação de OP. Nesse sentido, é tarefa do orientador investigar a questão prioritária a ser trabalhada, a fim de determinar o melhor encaminhamento. Há casos, por vezes mais delicados de configurar (“as aparências enganam”), em que simplesmente não há demanda para um trabalho de OP: explicitar isso para o entrevistado já é, por si só, uma forma de intervenção. Por fim, ainda que o entrevistado resolva seguir uma psicoterapia com o mesmo orientador profissional (no caso de este ser psicólogo), não nos parece recomendável que isso se dê no contexto da escola. É importante preservar o enquadramento.

⁹A partir do terceiro encontro, convém não aceitar novos membros.

que eu gostava e do que não gostava”, ao “o que eu sabia fazer e o que eu não sabia”, ao “como costumava escolher e resolver meus problemas” (como me sentia e a quem recorria), ao “quem eram meus heróis e o porquê”, ao “quais eram os mistérios que me intrigavam”, ao “quem eu queria ser quando crescer” e ao “o que meus pais esperavam de mim”, até se chegar ao “quem sou e como sou hoje” e à situação presente dos demais pontos abordados na análise da história passada (gostos, habilidades, escolhas, etc.). Essa reflexão objetiva a percepção de si como um ser continuamente em processo, sempre diferente e, ao mesmo tempo, sempre igual a si mesmo. O fato de essa reflexão se dar na presença de iguais fortalece a coesão e a identificação grupal, propiciando maior segurança em um momento em que isso se revela tão frágil – como frágil é o momento da adolescência – e favorecendo o desenvolvimento das etapas posteriores da OP (em média, um encontro).

4. O olhar para fora (foco no presente apontando para o futuro) voltando o olhar para dentro (foco no projeto de vida): Nesse momento, as questões centrais são: em que mundo eu vivo? Quais são as necessidades da sociedade em que vivo? E do planeta? O que as pessoas em volta de mim fazem? Quais são as ocupações existentes? Quais eu valorizo, quais não? Por quê? Quais são os ideais pessoais em minha sociedade? O que é o mercado de trabalho? O que é preciso para se dar bem nele? O que é se dar bem? Na discussão relacionada ao futuro, objetiva-se retomar essas mesmas questões, inserindo-as em um exercício imaginativo de construção dos cenários sociais futuros e de suas possíveis demandas, das mudanças que poderão ocorrer em termos da relação homem-trabalho-sociedade. Pretende-se, com isso, a abertura do imaginário para o futuro (ideais, sonhos, receios, obstáculos, expectativas pessoais), visualizando-o como uma porta a ser aberta, sendo a profissão uma de suas chaves. Dimensionar a profissão no contexto de um projeto de vida futura, ainda que em caráter de esboço preliminar, costuma provocar

que eu gostava e do que não gostava”, ao “o que eu sabia fazer e o que eu não sabia”, ao “como costumava escolher e resolver meus problemas” (como me sentia e a quem recorria), ao “quem eram meus heróis e o porquê”, ao “quais eram os mistérios que me intrigavam”, ao “quem eu queria ser quando crescer” e ao “o que meus pais esperavam de mim”, até se chegar ao “quem sou e como sou hoje” e à situação presente dos demais pontos abordados na análise da história passada (gostos, habilidades, escolhas, etc.). Essa reflexão objetiva a percepção de si como um ser continuamente em processo, sempre diferente e, ao mesmo tempo, sempre igual a si mesmo. O fato de essa reflexão se dar na presença de iguais fortalece a coesão e a identificação grupal, propiciando maior segurança em um momento em que isso se revela tão frágil – como frágil é o momento da adolescência – e favorecendo o desenvolvimento das etapas posteriores da OP (em média, um encontro).

angústia, a qual é esperada e até desejada, pois propicia ao orientando um maior contato consigo e com aquilo que desconhece, mobilizando-o para a busca. Neste ponto, a grande pergunta é: “O que espero para meu futuro e o que preciso para chegar lá?” (um encontro).

5. O olhar para dentro, percebendo-se dentro de uma sociedade (foco na relação eu-mundo social/profissional): Aqui, objetiva-se proporcionar a análise sobre a inserção pessoal no contexto social, mediante o exercício de uma profissão, além de promover a mobilização do grupo para a busca de informações sobre as ocupações existentes e para a discussão em torno das condições pessoais (às vezes, vivenciadas como “falta de condições”) referente à obtenção de êxito profissional. Um aspecto importante a ser trabalhado nesse momento é o da problemática da escolha e da ascensão social, no contexto das classes sociais referenciadas como desfavorecidas. Nessa perspectiva, as discussões retornam às temáticas propostas no item anterior, versando sobre as questões: como eu participo desse mundo que vejo em volta? O que eu gostaria de fazer nele? Como eu poderia me inserir e quais são as minhas chances? O que penso dos ideais pessoais em minha sociedade? Em que medida eu me reconheço neles? Em que medida me desconheço? O que eu conheço sobre o mundo do trabalho? O que falta conhecer para eu poder escolher? Por que eu tenho que fazer vestibular? O que vai acontecer se eu não passar? Será que, como estudante de uma escola pública, eu tenho condições de fazer uma universidade (ainda mais se ela for pública)? Como me permitir escolher quando a minha necessidade maior é a de arrumar um bom emprego?(um encontro).

6. O olhar para fora (foco nas ocupações e nas carreiras existentes): Verdades e mitos referentes às ocupações e às carreiras existentes, tanto de nível técnico quanto de nível superior, configuram a temática a ser trabalhada nesse momento. Objetiva-se enfatizar a importância da informação e da revisão de pré-conceitos construídos acerca das profis-

sões e de seus pré-requisitos. Pretende-se, igualmente, tratar das características que configuram o ensino superior, as exigências feitas nesse nível, os objetivos da formação universitária, as dificuldades presentes na vida acadêmica. Além disso, trabalha-se com os orientandos no sentido de instrumentalizá-los para a busca de informações, discutindo-se possíveis alternativas de pesquisa sobre as profissões (*dois encontros*, *mais uma visita à principal universidade pública da região*. Adiante, descreveremos tal atividade).

7. *Novo olhar para dentro (foco na escolha consciente)*: Chegando ao final da OP, não necessariamente chega-se ao término do processo de escolha de uma profissão. Contudo, nesse momento, é preciso um esforço de síntese, de articulação de todos os aspectos abordados, quer pela via do autoconhecimento, quer pela via do conhecimento das ocupações, dos cursos de graduação (após a visita à universidade), das condições necessárias para se fazer uma escolha e, principalmente, da tomada de consciência de alguns fatores motivacionais relacionados a ela. Busca-se aqui o resgate dos *sentimentos* vivenciados nas descobertas feitas na OP. As questões a serem discutidas podem ser: frente a tudo o que descobri na OP, como estou me sentindo? O que posso aproveitar disso para minha escolha? O que mais preciso saber? O que ainda me impede de escolher? Do que tenho medo? De que forma minha família está encarando essas descobertas? Como estou visualizando meu projeto de vida? Quais ideais o norteiam? Qual profissão me permitirá concretizá-lo? Afinal, quem eu quero ser quando crescer? (*um encontro*).

8. *Olhando de fora para dentro de mim*: Como cheguei aqui na OP e como estou saindo? Sinto-me pronto para crescer? Como foi, para mim, trabalhar nesse grupo e como me sinto agora ao ter de deixá-lo? Essas questões sintetizam os temas que pautam o momento de encerramento dos grupos. A realização de uma autoavaliação e da avaliação do processo de OP consistem no principal objetivo dessa etapa. É impor-

tao trabalharmos o autoconhecimento, por exemplo, sentimos a necessidade de investir novamente na integração grupal, ou precisamos entrar com a discussão sobre as profissões para motivar o grupo, entre outras questões.

Como se pode observar, o que fazemos nos grupos é aprofundar e enriquecer as questões formuladas na entrevista individual, pelas vias da discussão e da vivência grupal. As expectativas familiares, as representações sobre si e a angústia do crescimento são temáticas que permeiam e fundam todo o processo, ainda que não explicitamente. Na verdade, nem sempre é possível abordar tantos aspectos em nove encontros: há que se considerar o momento, a motivação e a maturidade dos orientandos. Convém também lembrar que o grupo exerce um papel ativo na escolha das questões a serem trabalhadas, questões que se mesclam ao longo dos encontros, retornando vez ou outra. O que nos interessa é: como retornam? E o que esse retorno quer nos dizer?

Uma última observação diz respeito ao trabalho com a informação: o tempo é exigido para se fazer um "curso" sobre as profissões. Nem é esse o objetivo, mesmo porque é impossível ao orientador conhecê-las todas em profundidade. Investe-se, então, no incentivo à busca de conhecimento, instrumentalizando os orientandos para a leitura crítica das informações obtidas através de diferentes meios (guias, revistas, jornais e TV, visitas a empresas, entrevistas com profissionais, etc.).

Algumas considerações sobre as técnicas

Existe uma abundante e rica bibliografia concernente a técnicas específicas de intervenção em OP,¹⁰ bem como a dinâmicas de grupo facilmente adaptáveis às finalidades específicas de cada encontro realizado.¹¹ Além disso, o trabalho com grupos costuma estimular a criação de novos instrumentos destinados precisamente ao momento vivenciado por um grupo em particular. Neste Capítulo, limitamo-nos a

assinalar alguns recursos utilizados sem, porém, descrevê-los (até porque, no âmbito do presente livro, encontram-se sugestões de técnicas extremamente interessantes e originais, as quais poderão servir como oportuna referência ao leitor). Assim, baseados nos autores indicados e em nossa própria experiência, no contexto de uma OP realizada em grupo, com alunos do ensino médio, e sempre tendo em vista as inúmeras questões levantadas para cada temática e etapa previstas anteriormente, podem ser utilizados:

- questionários individuais (sobre interesses, escolhas, representações de si e do mundo do trabalho, projeto de vida), os quais serão retomados na discussão grupal;
- vivências individuais voltadas ao passado e ao futuro;
- dramatizações de diversas situações problemáticas ("um dia no futuro", "contando aos pais sobre a decisão tomada", "fazendo vestibular", "eu em meu ambiente de trabalho", etc.);
- redação de uma carta aos pais, falando sobre a escolha;
- dinâmicas de integração grupal;
- dinâmicas de despedida;
- colagens, esculturas vivas, trabalho com argila, cartazes, construção de histórias;
- técnicas individuais e coletivas direcionadas ao reconhecimento das habilidades pessoais dos orientandos, correlacionando-as aos diferentes perfis ocupacionais;
- jogos voltados às profissões e discussão de material informativo correlato;
- *role-playing* da atuação profissional e de entrevistas com profissionais.

Além dos instrumentos utilizados nos grupos, contamos com a visita a uma universidade (selecionando-se, em geral, a mais procurada por ocasião do vestibular) e com a solicitação de tarefas de casa.

¹⁰ Recomendamos a consulta às obras de Soares-Luchiani (1993), de Lisboa e Soares (2000), de Levenius (1997) e de Carvalho (1995), entre outros autores.

¹¹ A este propósito, indicamos a obra de Serrão e Baleeiro (1999), que apresenta várias dinâmicas voltadas ao trabalho com adolescentes.

Havendo a possibilidade de se combinar com a universidade uma visita aos cursos de graduação, objetivando o conhecimento das instalações físicas e dos currículos dos vários cursos, bem como a conversa sobre "a vida na universidade" e sobre "as profissões e o campo de trabalho", com estudantes e professores universitários, é bastante proveitoso fazê-lo. Esse *tour* pela universidade demanda amplos planejamento e preparo (sobretudo dos docentes que irão receber os orientandos, para que conheçam os objetivos do trabalho de OP e, com isso, possam adequar sua exposição sobre o curso). Em geral, realiza-se ao longo de uma semana (o que é mais viável, do ponto de vista da instituição), mas outras alternativas de distribuição do tempo podem ser cogitadas. É importante incentivar a participação dos orientandos em várias visitas, e não apenas nas dos cursos em que têm interesse mais imediato.

A adoção de tarefas de casa, por sua vez, é produtiva, pois propicia a continuidade da OP fora do grupo, estabelecendo uma ponte entre um encontro e outro. O fato de os orientandos terem ou não feito a tarefa rende boas discussões quanto à implicação do grupo para com o processo. Assim, questionários individuais, genoprofissiógrama (Soares-Luchiani, 1997), colagens, pesquisas sobre profissões, entrevistas com profissionais, entre outros, constituem excelentes recursos a serem utilizados.

Avaliação do processo

A avaliação do processo de OP é feita continuamente. Em muitos momentos, durante os encontros, é preciso resgatar o contrato de trabalho, os objetivos e os papéis de cada um no grupo. Nessas ocasiões, costuma-se fazer uma avaliação do processo para poder retomá-lo, às vezes, em outra perspectiva. Contudo, há um momento próprio para a avaliação que coincide com o fechamento da OP, no qual pode-se pedir aos orientandos a elaboração de uma carta ou de um desenho, ou a realização de uma dramatização em que cada integrante possa fazer uma avaliação de si e do processo de OP nesse processo. Além da discussão em grupo, pode-se fazer uma ava-

liação por escrito. Em anexo, há um exemplo de formulário a ser utilizado para esse fim. No último encontro, é oportuno deixar em aberto a realização de uma entrevista individual de fechamento para os orientandos que sentirem essa necessidade.

Outra avaliação a ser feita concerne à escola. Uma reunião com a comunidade escolar que tenha acompanhado a OP é fundamental.

ENVOLVENDO A ESCOLA E A FAMÍLIA: SUGESTÕES DE ATIVIDADES EXTRAGRUPO DE OP

Paralelamente à intervenção com os alunos, convém considerar a realização de um trabalho de sensibilização com os pais. Isso pode ser feito mediante a proposta de reuniões mensais ou bimestrais, nas quais, além de se apresentarem os princípios e os objetivos da OP em grupo, irão ser trabalhadas a questão da escola na sociedade contemporânea, a influência familiar e as possíveis contribuições que os pais podem oferecer para a escolha dos filhos, suas expectativas e seus temores com relação ao futuro deles e suas representações acerca do mundo do trabalho, do sucesso e do fracasso profissional e dos aspectos que compõem um projeto de vida. Um procedimento interessante consiste na redação de uma carta, contendo os votos que os pais fazem aos filhos, a qual poderá ser lida pelos filhos no grupo de OP.

Além deste trabalho, julgamos ser muito importante implicar os educadores no processo de OP, pois, ao instrumentalizar seus alunos para a compreensão e a transformação da realidade, e, principalmente, ao contribuir para a formação de atitudes, a instituição educativa constitui um importante agente na construção da identidade profissional.

Assim, pensando em um processo de OP integrado às demais ações desenvolvidas na escola, tem-se como possível tarefa do orientador profissional a de redimensionar junto à equipe pedagógica a utilização dos recursos existentes no processo ensino-aprendizagem, de modo a fazê-los convergir também para a aprendizagem da escolha profissional. Esse

objetivo poderia ser alcançado mediante algumas propostas:

- Realização de grupos operativos com os professores, cuja tarefa consistiria em discernir as representações que se têm do aluno, do trabalho e da sociedade, visando a explicitar os mecanismos de construção da identidade dos alunos.
- Desenvolvimento de grupos de sensibilização para a problemática da escola com os professores, nos quais o resgate de suas próprias vivências poderia auxiliá-los quanto à percepção dos conflitos existentes na elaboração da escolha de seus alunos.
- Acompanhamento da prática pedagógica, com o objetivo de auxiliar na articulação entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e os elementos que compõem o perfil profissional das diversas carreiras.
- Desenvolvimento, junto ao corpo docente, de instrumentos diagnósticos de avaliação dos interesses e das potencialidades dos alunos.
- Realização de palestras ou de grupo de estudos com os professores sobre temáticas concernentes à escolha profissional, como: o desenvolvimento infanto-juvenil, as etapas da construção da identidade profissional, a função do trabalho na saúde mental, as exigências do mercado de trabalho, etc.

Em um âmbito institucional, o orientador profissional pode ocupar o lugar de articulador (portanto, daquele que auxilia a pensar e a fazer acontecer, e não o daquele que executa sozinho) de outras possíveis ações voltadas à OP:

- Realização de Feiras de Profissões (incluindo as ocupações de nível técnico) e de outros eventos que possam integrar a equipe pedagógica no processo de OP.
- Desenvolvimento de programas pedagógicos, para os alunos em geral, visando à discussão sobre a escolha, sobre as

profissões e sobre as relações homem-trabalho-sociedade.

- Realização de palestras e seminários para jovens, pais e professores sobre a escolha da profissão e a elaboração de um projeto de vida no contexto da sociedade atual.
- Desenvolvimento de material informativo sobre as profissões (de níveis superior e técnico) e sobre os cursos técnicos e de graduação.
- Criação de oficinas para os alunos, nas quais, por meio das diferentes modalidades de expressão artística (como o teatro, a dança, a música, a literatura) sejam trabalhados os conflitos, medos e mitos presentes na adolescência.
- Desenvolvimento de um trabalho de articulação entre os professores do ensino superior e os professores do ensino médio.

OP NA ESCOLA PÚBLICA: DIREÇÕES POSSÍVEIS, DESAFIOS NECESSÁRIOS

Inserir um processo de OP no contexto da escola pública abre possibilidades impensadas ao orientador profissional habituado ao trabalho, em certa medida solitário, do consultório. Embora os objetivos dessa modalidade de intervenção, independentemente do contexto em que se dê, sejam semelhantes, seus possíveis encaminhamentos no âmbito da escola são muitos. Se, por um lado, ao assumir os educadores também como clientes da OP, constatamos um acréscimo considerável de trabalho para o orientador; por outro, ao considerá-los como parceiros no processo de aprendizagem da escolha dos alunos, podemos pensar em um compartilhamento de tarefas. A ação conjunta – orientador e escola – certamente só tem a enriquecer e, como a atuação interdisciplinar é algo ainda a ser conquistado, eis aí – ao lado da difícil meta de implicação da escola quanto à escolha e ao projeto de vida de seus alunos – um primeiro desafio para o orientador profissional que se propõe a atuar em uma instituição.

Em se tratando da escola pública, um outro desafio a ser considerado diz respeito ao enfrentamento da diferença: caberá ao orien-

tador saber lidar com as possíveis diferenças quanto à realidade social de seus orientandos, sem escamoteá-las em nome de um discurso falsamente democrático em que se mistifica a "igualdade de oportunidades" em uma sociedade marcada, o tempo todo, pela exclusão. Em contrapartida, caberá ao orientador, igualmente, conseguir se deparar com seus próprios pré-conceitos e com representações construídas a respeito de tais diferenças que, em geral, configuram tal comunidade como *carente, desfavorecida, desprivilegiada*. Resulta daí que, não obstante muitas carências não sejam apenas supostas, e o orientador profissional terá de apontá-las em algum momento (como quando se depara, por exemplo, com deficiências graves no uso da língua em um orientando que pretende cursar direito ou jornalismo...), não será ele, fazendo coro ao conjunto das profecias autorrealizadoras de sucesso ou de fracasso, a definir o "melhor caminho" para a escolha de seus orientandos, tendo em vista suas condições de ordem cognitiva ou socioeconômica. Nem será sua a missão de preencher as faltas com algo instituído a partir de seu imaginário.

Isso posto, parece-nos inevitável manter-se sempre aberto, tanto para poder ouvir (e suportar o que escuta) quanto para poder, junto aos orientandos, analisar – de modo realista – as condições existentes para a realização

de uma escolha satisfatória e as possibilidades de superação de eventuais dificuldades.

Por fim, há que se considerar como principal desafio a ser assumido o crescente abandono para com as instituições públicas em nosso país. Não por acaso se tem, em uma outra ponta dessa mesma realidade, um outro tipo de abandono e de uma – quase – desistência: a dos educadores que, malgrado as melhores intenções, desistem de seus propósitos mais nobres de educadores, frente às péssimas condições de trabalho (e, ao fazerem-no, acabam por desistir, ainda que sem o saber, também de seus alunos, vistos como "aqueles que não têm mais jeito"). Acrescente-se aí o abandono dos alunos que, malgrado tantas expectativas, frente aos consecutivos fracassos e à falta de perspectivas (por vezes, apenas imaginada), desistem dos estudos em busca de um emprego que lhes garanta a sobrevivência.

A OP na escola pública, em um momento ou outro, terá de se defrontar com isso. Diante dessa possível realidade da evasão de corpos e de desejos, resta ao orientador criar a oportunidade e mobilizar a coragem necessária para se sonhar, e – por que não – concretizar um outro cenário em que o ato de escolher, tão abandonado por uma grande maioria de brasileiros, não fique restrito à condição de falta de escolha, e em que a aposta em um projeto de vida possa se fazer valer.

REFERÊNCIAS

- BLEGER, J. *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre: Artmed, 1984.
- BOCK, A.M.B.; AGUIAR, W.M.J. Por uma prática promotora de saúde em orientação vocacional. In: BOCK, A.M.B. et al. *A escolha profissional em questão*. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995. cap. 1, p.9-23.
- BOCK, A.M.B. et al. *A escolha profissional em questão*. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.
- BOHOSLAVSKY, R. *Orientação vocacional: a estratégia clínica*. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- CARVALHO, M.M.M.J. *Orientação profissional em grupo: teoria e técnica*. São Paulo: Psy, 1995.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v.1: A vontade de saber.
- LEVENFUS, R.S. et al. *Psicodinâmica da escolha profissional*. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- LISBOA, M.D.; SOARES, D.H.P. (Org.). *Orientação profissional em ação: formação e prática de orientadores*. São Paulo: Summus, 2000.
- MÜLLER, M. *Orientação vocacional: contribuições clínicas e educacionais*. Porto Alegre: Artmed, 1988.
- SERRÃO, M. et al. *Aprendendo a ser e a conviver*. São Paulo: FTD, 1999.
- SOARES-LUCCHIARI, D.H.P. Uma abordagem genealógica a partir do genoprofissiograma e do Teste dos Três Personagens. In: LEVENFUS, R.S. et al. *Psicodinâmica da escolha profissional*. Porto Alegre: Artmed, 1997. cap. 9, p. 135-160.
- SOARES-LUCCHIARI, D.H.P. (Org.). *Pensando e vivendo a orientação profissional*. 2.ed. São Paulo: Summus, 1993.
- SUPER, D.E. *The psychology of careers: an introduction to vocational development*. New York: Harper, 1957.